

**A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
PERSPECTIVA DAS MÃES**

**MOTHERS' PERSPECTIVES ON THE INVOLVEMENT OF DOWN
SYNDROME STUDENTS IN PHYSICAL EDUCATION LESSONS**

**LA PARTICIPACIÓN DE LOS ALUMNOS CON SÍNDROME DE DOWN
EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR:
PERSPECTIVA DE LAS MADRES**

Érika Patricia Oliveira Pereira

<https://orcid.org/0000-0001-7366-7082> 

<http://lattes.cnpq.br/4000377169028892> 

Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá, MT – Brasil)
erikapaty52@gmail.com

Juliana Aparecida de Paula Schuller

<https://orcid.org/0000-0002-8243-8457> 

<http://lattes.cnpq.br/4703355825654012> 

Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá, MT – Brasil)
juliana_schuller@yahoo.com.br

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt

<https://orcid.org/0000-0002-4509-2610> 

<http://lattes.cnpq.br/0025333106293274> 

Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá, MT – Brasil)
anacarrilho12@yahoo.com.br

Luciane de Almeida Gomes

<https://orcid.org/0000-0002-1325-1373> 

<http://lattes.cnpq.br/7656488075542816> 

Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá, MT – Brasil)
lualgomes@hotmail.com

Resumo

A inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino é um direito adquirido por lei. Assim, também cabe ao professor(a) de educação física, o papel de incluir os alunos com Síndrome de Down na escola. Este estudo buscou investigar qual a perspectiva das mães de alunos com Síndrome de Down sobre as aulas de educação física e, ainda, identificar os fatores que as mesmas consideram relevantes para o desenvolvimento de uma educação física inclusiva. Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Participaram deste estudo onze mães de alunos com Síndrome de Down matriculados em escolas públicas de Cuiabá-MT. O instrumento de coleta de dados foi o questionário semiaberto. Os resultados apontam que as mães almejam a igualdade nas aulas de educação física e anseiam por professores capacitados e empenhados em conhecer as necessidades pedagógicas de seus filhos (as) e desenvolver a saúde física, psicológica e social dos mesmos.

Palavras-chave: Inclusão; Síndrome de Down; Educação Física.

**Abstract**

The inclusion of students with Down Syndrome in the regular school system is a right assured by law. Therefore, Physical Education teachers must also include Down Syndrome students in school. This study sought to identify the perspective of mothers of students with Down Syndrome about physical education lessons and identify the factors that they consider to be relevant for the development of inclusive teaching. An exploratory, qualitative research was carried out. Eleven mothers of Down Syndrome students from the public schools of Cuiabá - MT participated in the study. A semi-structured questionnaire was used for data collection. The results show that mothers of Down Syndrome students wish for equality in physical education classes and for qualified teachers committed to fulfilling the pedagogical needs of their children and developing their physical, social, and psychological health.

Keywords: Inclusion; Down Syndrome; Physical Education.

Resumen

La inclusión de los alumnos con Síndrome de Down en la red educativa oficial un derecho adquirido por ley. Por lo tanto, también corresponde al profesor de Educación Física el papel de incluir a los alumnos con Síndrome de Down en la escuela. Este estudio tuvo como objetivo investigar la perspectiva de las madres de alumnos con Síndrome de Down sobre las clases de educación física y también identificar los factores que consideran relevantes para el desarrollo de una educación física inclusiva. Se llevó a cabo una investigación exploratoria cualitativa. Once madres de alumnos con Síndrome de Down matriculados en escuelas públicas de Cuiabá-MT participaron en este estudio. El instrumento de recolección de datos fue un cuestionario semiabierto. Los resultados indican que las madres aspiran a la igualdad en las clases de educación física y anhelan profesores formados y comprometidos con el conocimiento de las necesidades pedagógicas de sus hijos y su desarrollo de su salud física, psicológica y social.

Palabras clave: Inclusión; Síndrome de Down; Educación Física.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta dados de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizada junto à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso (FEF-UFMT), campus Cuiabá. O interesse pelo tema surgiu de uma experiência vivenciada na disciplina de Educação Física Adaptada, em que a turma foi desafiada, a estimular e desenvolver o repertório cognitivo e motor de crianças com deficiência. Após essa aula, tive a oportunidade de conversar com duas mães de crianças com Síndrome de Down a respeito do que elas pensavam sobre a inclusão nas aulas de educação física. Como resposta, elas relataram que, infelizmente, a inclusão não era uma realidade nas escolas públicas e que as aulas de educação física serviam apenas para passar o tempo das crianças.

A literatura aponta que a relação entre a família, a escola, a comunidade e demais instituições sociais pode contribuir com o processo de inclusão de todas as pessoas, especialmente, das que se encontram em condição de deficiência (RABELO, 2021). Por isso, é importante ir além da produção de pesquisas que evidenciam a perspectiva das leis, das políticas públicas e dos profissionais da escola sobre a inclusão escolar e ampliar a participação das famílias, para que as mesmas possam avaliar e contribuir com o processo de inclusão (SCHLIEMANN; ALVES; DUARTE, 2020; ALVES; BARBOSA, 2020; RABELO, 2021).

De acordo com Alves e Barbosa (2020, p. 15)





A família é o primeiro contato social que se tem ao nascer, com influências desde as heranças genéticas até as bases sociais. Pois é através da família que se aprende lidar com as mais diversas formas de relacionamento, regras, deveres, e é uma das principais referências que se tem na vida.

Depois da família, a escola se torna o espaço de contato social em que a criança se confrontará com a diversidade de pensamentos, crenças, valores, culturas, etc. e que também vivenciará seu primeiro impacto sobre as diferenças e conceitos que lhe foram impostos ao nascer (RABELO, 2021).

Nesse sentido, as reflexões sobre a inclusão dos alunos com deficiência deve ser uma inquietude constante do professor (a), pois, a lei de inclusão da pessoa com deficiência de nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – constitui, dentre outros, o direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Na escola, a disciplina de educação física tem muito a contribuir, pois, é o espaço onde o desenvolvimento motor tende a ser aprimorado, através de exercícios de coordenação, equilíbrio, esquema corporal, entre outros estímulos que favoreçam as capacidades dos alunos com Síndrome de Down.

Muitas são as atividades e exercícios físicos que podem integrar um programa de exercitação com vista na melhoria do repertório motor de crianças com Síndrome de Down, a exemplo das atividades recreativas, as quais se valendo de um contexto lúdico podem promover inúmeros ganhos motores e físicos para esse público, com destaque para a melhoria do tônus muscular e as conquistas no desenvolvimento das funções cognitivas e das habilidades motoras que auxiliarão na execução de várias tarefas durante todo o processo de desenvolvimento da pessoa (PUESCHEL, 1993 apud MAXIMINO; CHEREGUINI; OLIVEIRA, 2015, p. 1).

Pais de crianças com deficiência tendem a valorizar essas atividades e a reconhecer os seus benefícios, não só para a melhoria do repertório motor, mas para aspectos psicológicos e relacionados à saúde e socialização (SCHLIEMANN; ALVES; DUARTE, 2020).

Nesse sentido, compete ao professor (a) de educação física e à família dialogar sobre as necessidades dos alunos em busca dos recursos e alternativas que melhor atendam suas necessidades, pois, "somente conhecendo o contexto do aluno, sua história cultural e familiar é possível respeitar estas variáveis e incluí-lo em um planejamento inclusivo" (ALVES; BARBOSA, 2020, p. 24).





Quando isso não acontece, os alunos se sentem excluídos e desmotivados em participar das atividades, resultando numa imagem negativa da inclusão nas aulas de educação física (SCHLIEMANN; ALVES; DUARTE, 2020).

Mediante o exposto, estabeleceu-se como problema de pesquisa investigar: o que as mães de alunos com Síndrome de Down pensam em relação à inclusão dos seus filhos (as) nas aulas de educação física? Quais fatores elas consideram relevantes para que essa aula seja considerada inclusiva?

Desta forma, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a perspectiva das mães de alunos com Síndrome de Down sobre a inclusão nas aulas de educação física das escolas públicas de Cuiabá-MT. Especificamente, pretende-se analisar quais fatores elas consideram relevantes para que a aula de educação física seja considerada inclusiva.

ASPECTOS COGNITIVOS E MOTORES DA SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é uma ocorrência genética natural que acontece por motivos desconhecidos. Trata-se de uma alteração cromossômica ocasionada na divisão embrionária que dota as crianças de três cromossomos (trissomia) 21, e não dois, como o habitual (WUO, 2007; SILVA; DESSEN, 2003).

O diagnóstico da Síndrome de Down pode ser feito a partir do nascimento do bebê, ou mesmo antes, por meio do exame de ultrassonografia, pela observação de alterações fenotípicas e outras características típicas [...]. O diagnóstico definitivo só é alcançado por meio do cariógrama - estudo do cariótipo (identidade genética de um indivíduo) (WUO, 2007, p. 9).

Wuo (2007) complementa que geralmente, a Síndrome de Down vem associada a diversos problemas de saúde, sendo a deficiência mental e a hipotonia muscular as mais comuns. Assim, o indivíduo com Síndrome de Down apresenta complicações clínicas que podem interferir no desenvolvimento de aspectos cognitivos, como é o caso da velocidade de processamento, memória e linguagem, além de diferenças variáveis, caracterizadas por atrasos na aquisição de marcos motores básicos, tais como: sorrir, balbuciar, falar, sustentar a cabeça, segurar objetos, rolar, sentar e andar (WUO, 2007; SILVA; DESSEN, 2003).

Para Bonomo e Rossetti (2010) a ausência de experiências físicas e de exploração do ambiente, quando associado a aspectos sensoriais, podem dificultar o processo de desenvolvimento cognitivo das crianças com Síndrome de Down. Mas, quando bem trabalhados, esses aspectos tendem a favorecer a exploração do universo, tornando-as mais organizadas e capazes de alcançar grande parte das suas habilidades motoras.





Logo, a criança precisa ser estimulada e acompanhada por equipe multidisciplinar, contribuindo para minimizar esses atrasos em ambos os aspectos, isto é, cognitivos e motores.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS LEGISLAÇÕES

As leis promulgadas sobre a educação inclusiva no país são amplas e ricas. A declaração Salamanca, a Constituição Federal, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394 de 1996 (LDBEN), são marcos importantes de garantia da educação à pessoa com deficiência.

As pessoas que nascem com deficiência, ou que adquirem ao longo da vida, muitas vezes são privadas de oportunidades de convivência com a família, da vida escolar, do acesso ao trabalho, às atividades de lazer e cultura, entre outros. Por isso, faz-se necessário que os professores e a família dos alunos com Síndrome de Down, conheçam os aspectos legais para reivindicá-los e garanti-los sempre que necessário.

A Declaração de Salamanca é um marco mundial da inclusão da pessoa com deficiência. Recebe este nome, pois, surgiu na conferência mundial sobre necessidades especiais, sediada em Salamanca, Espanha, em 1994. Nesta conferência foi discutida a democratização do ensino, a fim de que, se efetivasse a inclusão dos alunos com deficiência, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc. (BRASIL, 1994).

A declaração reafirmou o compromisso dos oitenta e oito (88) governos e vinte e cinco (25) organizações internacionais ali representadas, reconhecendo a urgência de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, dentro do sistema regular de ensino, tais como, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1994).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe algumas garantias aos direitos das pessoas com deficiência, como a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (Art. 5º); direitos trabalhistas e não-discriminatórios (Art. 7, inciso XXXI); direito ao cuidado com a saúde e assistência pública (Art. 23, inciso II); à proteção e integração social (24, inciso XIV); garantia à assistência social (Art. 203, inciso IV e V); direito à Educação (Art. 208, inciso III); garantia de acesso à locais, edifícios e veículos de uso público (Art. 244).

A partir disso, em julho de 2015, foi sancionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LEI N.º 13.146/2015), lei que colaborou de forma significativa para o avanço do





direito à educação inclusiva e a proteção da dignidade da pessoa com deficiência (BRASIL, 1988; 2015). Para o referido estatuto é considerada pessoa com deficiência aquela que:

Art. 2º [...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Além do estatuto, foi reservado na LDBEN de nº 9394/96 um capítulo específico sobre a educação especial, feito exclusivamente para tratar dos direitos da pessoa com deficiência (BRASIL, 1996).

No âmbito escolar, a educação especial deve integrar-se as propostas pedagógicas da escola regular, e, caso necessário, a mesma deve providenciar o atendimento educacional especializado (AEE). Assim, os professores (as) de educação física têm um grande desafio: garantir os conteúdos e a escolarização da pessoa com deficiência, preservando sua dignidade e identidade como cidadãos.

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), define que as instituições escolares devem planejar os componentes com foco na equidade, reconhecendo as necessidades dos estudantes com deficiência. Bem como, atender a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2018). Contudo, as pesquisas de Souza e Boato (2009), Pletsch (2009), Boato, Sampaio e Silva (2012) e Schliemann, Alves e Duarte (2020) que tratam sobre a qualificação dos professores para inclusão, apontam que eles não se sentem capacitados para atender os alunos com deficiência.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Para compreender como a Educação Física Adaptada foi reconhecida como área de conhecimento da educação física escolar, faz-se necessário, contextualizar alguns pontos importantes de sua trajetória. A princípio, as pessoas com deficiência foram estimuladas a participar de atividades físicas adaptadas, mediante programas de reabilitação localizados na Europa e na América do Norte. Esses programas eram desenvolvidos por profissionais da área da Medicina que buscavam tratar soldados lesionados de guerra. Em pouco tempo o esporte também passou a ser adaptado, originando os primeiros jogos e competições para este público (ARAÚJO, 1996; SILVA; DRIGO, 2012).





Para Araújo (1996) a atividade adaptada é entendida como toda busca de adequação para se efetivar um resultado desejado, diante da ausência ou da impossibilidade de se usar os meios convencionais, estabelecidos como corretos de se executar, ou praticar. Enquanto o esporte adaptado, remete a adaptação de um esporte convencionalmente praticado, como o próprio nome diz.

No Brasil, a prática desportiva adaptada foi implementada na década de 1950, através da iniciativa de Sérgio Del Grande e Robson Sampaio, dois atletas paraplégicos que retornaram do exterior e introduziram o basquete em cadeira de rodas no país (ARAÚJO, 1996). Com o tempo, a utilização do esporte e da atividade física como forma de reabilitar e integrar a pessoa com deficiência cresceu, e consagrou (Educação Física Adaptada) como área de conhecimento da Educação Física Escolar (DALLA DÉA, 2019).

Assim, em 3 de junho de 1987 a Resolução Federal nº 3/87, do Conselho Federal de Educação, introduziu oficialmente a Educação Física Adaptada nos cursos de graduação da área, ampliando as possibilidades de atuação dos profissionais de educação física (BRASIL, 1987).

Os conteúdos desenvolvidos na aula de Educação Física Adaptada são os mesmos da educação física escolar, permitindo o acesso a práticas com graus de dificuldades variados, para que o aluno com Síndrome de Down possa desfrutar da interação da prática e auxiliar em seu processo de recuperação, além de estimular o pleno desenvolvimento de suas capacidades motoras, cognitivas e afetivas.

A Educação Física Adaptada compõe o currículo na formação acadêmica dos professores (as) de educação física, e estabelece conexões entre as práticas pedagógicas e as adaptações necessárias para o contexto das aulas. Desta forma, torna-se importante que os alunos com Síndrome de Down frequentem as instituições de ensino, garantindo seu direito em lei, bem como vivenciar interações sociais, sobretudo com outros estudantes.

A Educação Física Adaptada se torna então uma sub área da educação física escolar, compreendendo assim a um programa diversificado de atividades desenvolvimentista, jogos, esportes e ritmos, adaptados aos interesses, às necessidades dos portadores de deficiência que não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral da educação física (WINNICK, 2004, apud MARIN; FERREIRA; MOREIRA, 2012, p. 391).

A Educação Física Adaptada deve respeitar a individualidade, diferenças e limitações de cada aluno. Sempre estimulando suas potencialidades. Para tanto, é necessário que os professores (as) desenvolvam os amplos conteúdos via de jogos, brincadeiras, lutas,





dança e esporte, entre outros. Não só isso, mas que os pais sejam presentes no currículo escolar dos filhos (as), para que eles se sintam apoiados, motivados e reconhecidos diante do processo de aprendizagem (ALVES; BARBOSA, 2020).

METODOLOGIA

Os caminhos deste estudo foram traçados a partir da pesquisa qualitativa de caráter exploratório, que busca responder a questões específicas, compreendendo como, e que tipo de sentido são dados aos acontecimentos e às interações sociais da vida diária.

Para Minayo e colaboradores (1994, p. 21-22) a pesquisa qualitativa:

Se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Já a pesquisa exploratória:

[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2022, p. 45).

Participaram dessa pesquisa, onze mães de estudantes com Síndrome de Down que atenderam os seguintes critérios de inclusão: a) ter interesse e disponibilidade em participar da pesquisa, mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); b) ser mãe de aluno (a) com Síndrome de Down matriculado na rede de ensino público de Cuiabá-MT.

As mães foram escolhidas em razão da experiência vivenciada na disciplina de Educação Física Adaptada, onde escutei relatos de insatisfação com o processo de inclusão nas aulas de educação física da rede pública de Cuiabá-MT. O que despertou curiosidade em saber o que outras mães têm a dizer sobre o assunto. Além disso, as mães são quem normalmente assumem a maior (se não total) responsabilidade pelos cuidados do filho (a), cabendo a elas, dedicar-se integralmente à família (RABELO, 2020).

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um questionário semiestruturado *online* criado através do formulário do *Google Forms*, contendo oito perguntas abertas. Primeiramente com dados de perfil, como: nome, idade, escolaridade e profissão e posteriormente questionamentos sobre a educação inclusiva e as aulas de educação física.





O questionário foi encaminhado às mães através de link no *WhatsApp*. Todas as participantes preencheram o TCLE da pesquisa e foram informadas sobre o sigilo de sua identidade.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de julho a setembro de 2021, permitindo que cada participante pudesse relatar suas perspectivas quanto ao processo inclusivo de seus filhos e filhas nas aulas de educação física.

A técnica utilizada para tratamento dos dados da pesquisa consistiu na construção de categorias temáticas, interpretações e inferências através da literatura. A organização das respostas dos questionários foi realizada através de tabelas, que possibilitaram maior contato e compreensão dos sujeitos. Esta etapa foi uma das mais importantes, pois, possibilitou a riqueza das interpretações e inferências dentro das categorias temáticas escolhidas. A tabela abaixo descreve o perfil das mães participantes do estudo.

Quadro 1 – Descrição do perfil das mães participantes do estudo

Mães	Idade	Escolaridade	Profissão	Filhos	Idade do (a) estudante com Síndrome de Down
M1	48	Superior completo	Engenheira sanitária	1	13
M2	36	Ensino médio completo	Do lar	3	14
M3	36	Pós-graduada	Arquiteta e Urbanista	2	10
M4	46	Ensino médio completo	Do lar	2	9
M5	51	Pós-graduada	Professora	3	10
M6	34	Superior completo	Artesã/dona de casa	1	11
M7	30	Superior completo	Bacharel em Direito	2	13
M8	54	Superior completo	Economista	2	13
M9	38	Superior completo	Diarista	1	12
M10	35	Ensino médio completo	Do lar	3	10
M11	29	Ensino superior incompleto	Autônoma	2	9

Fonte: Construção das autoras.

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa em relação às perspectivas das mães sobre o processo de inclusão de seus filhos nas aulas de educação física.

DISCUSSÃO DOS DADOS

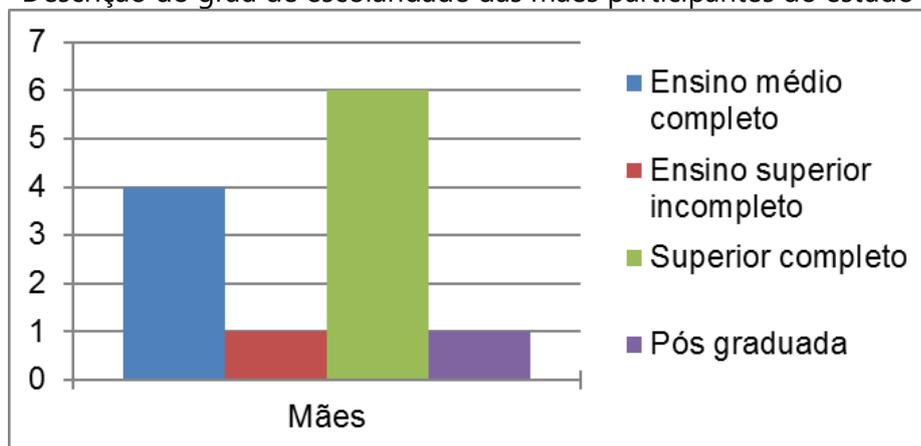
A escolaridade das genitoras é fator relevante nesse estudo, onde oito das onze mães questionadas possuem graduação, colaborando para um melhor acompanhamento e estímulo precoce desses estudantes. Segundo Alves e Barbosa (2020) o nível de escolaridade





dos pais de alunos com deficiência, pode influenciar na qualidade das informações que são repassadas aos professores (as). Quanto maior o nível da escolaridade, maior é o conhecimento e detalhamento sobre a deficiência de seus filhos.

Gráfico 1 – Descrição do grau de escolaridade das mães participantes do estudo



Fonte: Construção das autoras.

Quando questionadas sobre o que entendiam por educação inclusiva, as mães mencionam a importância da aceitação, igualdade e a participação de todos na comunidade escolar. Demonstram querer muito mais que um mero discurso:

M7 – No meu ponto de vista, a educação inclusiva é ajudar minha filha estar junto de outras crianças no mesmo ambiente e na mesma atividade que forem desenvolver (sic.).

As mães traçam um paralelo sobre a igualdade como sinônimo da verdadeira educação inclusiva. Para Almeida e Montinho (2021) a inclusão não é apenas necessária, ela é um direito à cidadania, que deve ser garantido, para que todos tenham oportunidade de aprendizagem.

M2 – Que ele seja aceito nas escolas de maneira que realmente se sinta incluso (sic.).

M11 – Educação inclusiva na minha opinião é incluir, respeitar e aceitar a pessoa independente de sua deficiência, independente de sua raça, cor, religião (sic.).

A dificuldade de atender a necessidade do aluno com Síndrome de Down nas escolas, seja por falta de infraestrutura ou descompromisso por parte da gestão escolar, pode provocar dois tipos de reação nos professores (as). A primeira é a recusa em buscar melhorias para o processo de inclusão, e a segunda é a tomada de atitude para uma educação física inclusiva.





Neste último caso, faz-se necessário a implementação de mudanças em nosso sistema educacional, que garantam aos estudantes com deficiência o direito à igualdade de condições de aprendizagem e desenvolvimento, baseado em estratégias e concepções de caráter crítico e inclusivo que superem aspectos ideológicos, biológicos e técnicos (MANTOAN, 2007; LINS; JUCÁ; FRANÇA, 2023).

Sobre essa questão, as mães manifestam a seguinte opinião:

M1 – É preciso pensar “num” processo de inclusão para o ensino-aprendizagem que considere as particularidades desse aluno com Síndrome de Down. Assim, ao refletir-se sobre isso, considera-se que ele possa usufruir do desenvolvimento e das possibilidades de aprendizagem em sua totalidade (sic.).

M7 – Nossa! Muitas coisas precisam mudar. A começar pelas instituições, eles deixam ela fazer o que quer. Ter comprometimento com o que for desenvolver, ajudar a criança em atividades inclusivas, jogos pedagógicos e paciência (sic.).

Neste contexto, as mães corroboram com o pensamento de Glat, Pletsch e Fonte (2007, p. 344) de que a:

Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

No que se refere ao desenvolvimento motor, Wu (2007) explica que as crianças com Síndrome de Down possuem um processo mais lento do que as demais. Sabendo disso, as mães demonstraram reconhecer os benefícios da educação física para melhoria da saúde dos filhos através de práticas pedagógicas adequadas à Síndrome de Down:

M1 – Sim. Porque a educação física é excelente para o desenvolvimento motor, à atividade física também combate diversas doenças ligadas ao sedentarismo como a diabete, a obesidade, doenças cardíacas, promove o fortalecimento de músculos e articulações, entre vários outros benefícios para Síndrome de Down (sic.).

M3 – Com certeza! O esporte é importante para a inclusão de qualquer criança, com as com síndrome, com certeza não será diferente. É legal porque quando se destacam, causam surpresa e isso serve de incentivo (sic.).

M4 – Sim. Para o desenvolvimento da coordenação motora (sic.).

M6 – Sim. Interação com outras crianças, os manuseios, os movimentos, o equilíbrio (sic.).





M7 – Eu consigo (sic) que é muito importante, se não for a mais importante, por causa da coordenação motora, é justamente a matéria que mais deveria ajudar ela se interessar com outras crianças, assim como as outras crianças com ela (sic.).

M9 – Sim ajuda muito no desenvolvimento da coordenação motora e na lateralidade (sic.).

M11 – Sim. Porque além dele estar se exercitando, estar aprendendo, ele vai estar em inclusão com os outros alunos (sic.).

Nesse sentido, quando perguntado se as mães consideravam que seus filhos (as) eram incluídos nas aulas de educação física? E por quê? Seis delas afirmam que não. Entre as respostas estão, o desinteresse dos professores (as) em propiciar atividades apropriadas, despreparo e a exclusão. Para as mães, muitos professores (as) submetem os alunos a práticas pedagógicas mais oportunas para eles, limitando a capacidade do aluno com Síndrome de Down.

M1 – Não. Porque não levam em conta as particularidades do aluno com Síndrome de Down. Falta de interesse do professor e falta de conhecimento da deficiência (sic.).

M2 – Não, “pq” dizem que ele não consegue acompanhar o ritmo dos outros alunos (sic.).

M7 – Minha filha não está inclusa (sic)! Todas às vezes que ela estava fazendo educação física, era sempre só desenho. A professora tinha medo de ela cair (todas as crianças caem, é normal e saudável). Sempre usa desculpas de que ela era cardiopata, porém também não desenvolvia atividade que poderia ajudar ela. Sinto que falta além de compromisso com a criança ter paciência e desenvolve atividade “pra” (sic) ajudar na coordenação, jogos como amarelinha, etc. Já na sala de aula a minha filha só está lá, a atividade desenvolvida para ela fazer é sempre só desenho. Atualmente minha filha está na 7ª série e não sabe escrever nem o nome, e ela “entregou” no ensino regular aos 6 anos de idade (sic.).

M8 – Não. Porque algumas vezes os professores enviaram as atividades sem adaptação (sic.).

M9 – Não, nunca, todas às vezes ela ficava na sala ou solta na quadra sem atividades com professor (sic.).

M10 – Não, pois, a forma como são tratados é diferente (sic.).

As mães aspiram por professores (as) de educação física comprometidos com a educação inclusiva e que proporcione estímulos adequados para melhora da qualidade de vida desses estudantes.





M1 – Procurar conhecimento da deficiência Síndrome de Down, fazer um plano de aula que atenda às necessidades do aluno, “proporcional” a participação do aluno de modo efetivo (sic.).

M4 – Ajuda a desenvolver a coordenação motora (sic.).

M6 – Paciência e esforço. Ela é uma criança muito ativa, só ela está brincando com algo, logo ela já não quer mais. E o professor teria que ter paciência e insistir (sic.).

M8 – Elaborar exercícios que estimulem o aluno especial (sic.).

M10 – Orientar de forma correta. Ex., (sic) quando vai explicar algo e não percebe que a criança não entendeu (sic.).

M11 – O professor deve chamar, incentivar, motivar o aluno a participar das aulas. Exemplo, se o aluno não quer fazer, o professor deve conversar, explicar o “bom dele participar” da aula e incentivar o aluno a participar (sic.).

A mãe M7 cita exemplo de práticas pedagógicas que ela considera importante de ser ensinada pelo professor (a) de educação física. Ela relata as características do professor (a) “rola bola”, que apenas joga a bola na quadra, sem apresentar nenhum método pedagógico para suas práticas em aula.

M7 – Na minha opinião tentar conhecer a criança primeiro, saber qual a necessidade primeiro da criança para “desenvolve” (sic) atividades que ajude a criança juntamente com outras da turma. Jogos em tabuleiro, cantigas, e atividades físicas que irá ajudar na coordenação, mostra para as outras crianças que a criança atípica também consegue desenvolver outras atividades. Vejo que os professores só dão uma bola para as crianças e pronto, não faz, mas nada é deixa a criança lá correndo atrás da bola. A importância de outras atividades além de ajudar mostra que existem outras coisas fora o futebol (sic.).

Corroboram Guérios e Gomes (2005, p. 37), que a educação física é importante para interação social desses alunos. “Por meio da Educação Física espera-se que os alunos tenham condições de descobrirem suas potencialidades tanto corporais quanto cognitivas, e de serem participativos em uma sociedade”.

Os alunos com necessidades educacionais especiais precisam, além de enfrentar a superação de suas próprias limitações e dificuldades decorrentes de sua deficiência, ainda superar a violência escolar, discriminação e preconceito das outras pessoas que não o consideram capacitados ou até mesmo competentes para frequentar o ensino regular, essas ações levam ao isolamento e exclusão dessas pessoas das relações sociais. A consequência mais nociva do preconceito e da discriminação é a exclusão, pois prejudica uma das finalidades sociais que devem acontecer por meio da educação, a ascensão social (ARROIO; ZANUNCINI, 2012 apud DIAS; PINGOELLO, 2016, p. 49).





A efetiva interação dos alunos com e sem deficiência, a capacitação docente e o diálogo frequente entre a escola e a família são fatores fundamentais para o combate ao preconceito e exclusão escolar. O fortalecimento das relações, o acolhimento e o respeito pelas diferenças contribuem para que os alunos se sintam parte da escola, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, sociais ou cognitivas (ALVES; BARBOSA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo ao objetivo da pesquisa, constatou-se que as perspectivas maternas revelam importantes reflexões sobre a inclusão escolar e a dificuldade dos professores (as) em incluir o aluno com deficiência em suas aulas. As narrativas demonstram a inquietação das mães pela igualdade nas aulas de educação física e aponta para necessidade de professores (as) capacitados em conhecer as necessidades pedagógicas de seus alunos com Síndrome de Down, desenvolvendo aulas que sejam importantes para saúde física, psicológica e social.

As mães reconhecem a importância das aulas de educação física na vida de seus filhos. Ao analisar quais fatores as mães consideram relevantes para que a aula de educação física seja considerada inclusiva, as mesmas relatam a melhora da interação social, estimulação motora e inclusão em sociedade.

O estudo apresenta contribuições relevantes para os professores (as) de educação física em Mato Grosso, principalmente para aqueles que pretendem conhecer a percepção materna dos alunos com deficiência, e aprofundar nos estudos a respeito da educação inclusiva.

É pertinente em estudos futuros ampliar o número de amostras, e em novas pesquisas, analisar também a perspectiva dos professores (as) e dos alunos sobre a inclusão escolar. Espera-se que os desafios e as necessidades encontradas, não nos impeçam enquanto professores (as) de compreender a singularidade de cada estudante. E que estejamos disponíveis aos novos desafios, procurando alternativas e adaptações para o currículo com o propósito de reconhecer a importância da pessoa com deficiência em nossas aulas e garantir-las uma educação de qualidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elizama Ferreira; BARBOSA, Daniel Elias Ferreira. A inserção da família na escola: contribuições para a educação física inclusiva. In: GRILLO, Rogério de Melo; SWERTS, Márcio Moterani (Orgs.). **Educação física e ciências do esporte: uma abordagem interdisciplinar**. Guarujá, SP: Científica Digital, 2020.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. 1996. 140f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

ARROIO, Sônia Pingoello; ZANUNCINI, Ivonete. **A dinâmica do bullying na educação inclusiva**. Curitiba, PR: Faculdade Bagozzi, 2012.

BOATO, Elvio Marcos; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira; SILVA, Junior Vagner Pereira da. Capacitação de professores para inclusão de pessoas deficientes nas aulas de educação física. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 891-900, 2012.

BONOMO, Livia Maria Marques; ROSSETTI, Claudia Broetto. Aspectos percepto-motores e cognitivos do desenvolvimento de crianças com síndrome de Down. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 20, n. 3, p. 723-734, 2010.

BRASIL. Resolução nº 3, de 16 de junho de 1987. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, n. 172, Brasília, DF, 1987.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

DALLA DÉA, Vicente Paulo Batista; Silva. **Guia de inclusão na educação física na escola comum**. Goiânia, GO: MEDIA LAB / CIAR UFG, 2019.

DIAS, Fabiana Bruna Gozer; PINGOELLO, Ivone. Bullying na educação inclusiva. **Revista de educação do Vale do Arinos**, v. 3, n. 1, p. 40-54, jan./ jul., 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.





GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; DE SOUZA FONTES, Rejane. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GUÉRIOS, Luciana Candido; GOMES, Nilton Munhoz. Análise de um programa para desenvolvimento dos padrões fundamentais de movimento em crianças portadoras de síndrome de down. **Educación física y deportes**, año 10, n. 83, 2005.

LINS, Pedro André da Silva; JUCÁ, Luan Gonçalves; FRANÇA, Tereza Luiza de. Esporte paralímpico: uma estratégia metodológica de inclusão através do programa residência pedagógica na educação física escolar. **Corpoconsciência**, v. 27, e14224, p. 1-13, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Pela escola inclusiva para todos. **Direcional escolas**. v. 3, p. 6-8, 2007.

MARIN, Bruna da Silva; FERREIRA, Cleiton Santos; MOREIRA, Laíne Rocha. Atividade física adaptada: uma reflexão crítica. **The FIEP Bulletin**, v. 82, p. 391-394, 2012.

MAXIMINO, Jessica Ribeiro; CHEREGUINI, Paulo Augusto Costa; OLIVEIRA, Everton Luiz de. Desenvolvimento motor de pessoas com síndrome de down. **Educación física y deportes**, año 20, n. 204, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PLETSCHE, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em revista**, n. 33, p. 143-156, 2009.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de down guia para pais e educadores**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

RABELO, Flávia Laryssa Gonzaga. **Processos de inclusão escolar de estudantes com deficiência na perspectiva de suas mães**. 104f. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

SCHLIEMANN, André; ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. Educação Física Inclusiva e Autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 34 n. esp., p. 77-86, 2020.

SILVA, Cláudio Silvério da; DRIGO, Alexandre Janotta. **A educação física adaptada: implicações curriculares e formação profissional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Crianças com síndrome de down e suas interações familiares. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 3, p. 503-514, 2003.





SILVERMAN, Wayne. Down syndrome: cognitive phenotype. **Mental retardation and developmental disabilities research reviews**, v. 13, n. 3, p. 228-236, 2007.

SOUZA, Gracy Kelly Pereira de; BOATO, Elvio Marcos. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação física em revista**, v. 3 n. 2, p. 1-15, 2009.

WINNICK, Joseph P. **Educação física e esportes adaptados**. 3. ed. Barueri, SP. Manole. 2004.

WUO, Andréa Soares. A construção social da síndrome de down. **Cadernos de psicopedagogia**, v. 6, n. 11, p. 1-18, 2007.

Dados da primeira autora:

Email: erikapaty52@gmail.com

Endereço: Rua Ararajuba, quadra 1, n. 21, Recanto dos Pássaros, Cuiabá, MT, CEP: 78074-102, Brasil.

Recebido em: 10/06/2022

Aprovado em: 21/05/2023

Como citar este artigo:

PEREIRA, Érika Patricia Oliveira e colaboradores. A participação dos estudantes com síndrome de down nas aulas de educação física escolar: perspectiva das mães. **Corpoconsciência**, v. 27, e13974, p. 1-17, 2023.

